

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

MULHERES NEGRAS NO BRASIL: uma questão étnico-racial e de gênero

BLACK WOMEN IN BRASIL: an ethnic-racial and gender issue

Patrícia Ribeiro Silva Santos¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo as mulheres negras no Brasil; uma questão étnico-racial e de gênero, sobre as desigualdades sociais que afetam essas mulheres vítimas do mito da democracia racial.

Palavras-chave: Mulheres Negras; trabalho; capitalismo racial; feminismo.

ABSTRACT

The present work aims at black women in Brazil; an ethnic-racial and gender issue, about the social inequalities that affect these women who are victims of the myth of racial democracy.

Keywords: Black Women; Work; racial capitalism; feminism.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade patriarcal-racista-capitalista que renova continuamente as relações desiguais que marcam a formação do Brasil, desde o período colonial. Dentre as expressões dessa desigualdade, há uma forte invisibilidade das mulheres negras.(Cisne; Ianael,2022).

É de conhecimento da própria História do Brasil que este país foi o último das Américas a abolir a escravidão, sendo considerado o maior território escravocrata do Ocidente. O Marco histórico desta transição é a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proíbe o tráfico de africanos escravizados. Se esta lei começa a abrir espaço para o fim do escravismo, ela também marca o

¹ Mestranda em Serviço Social pela PUC-SP, pesquisadora do NEPSAS/PUC-SP - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social. Assistente Social e trabalhadora na saúde mental da cidade de Jaguariúna-SP. Email: patriciaribeiroassistsocial@gmail.com

início do processo de transição controlada, feita pela própria natureza de uma abolição gradual e o redirecionamento dos recursos aplicados no tráfico no investimento na infraestrutura necessária para o desenvolvimento das relações capitalistas. Além disto, vislumbrava-se neste projeto a segregação de negros e negras ex-escravizados como população marginalizada negando-lhes o direito à posse da terra (garantido com promulgação da Lei de Terras, no mesmo ano de 1850, que transforma a posse da terra de concessão em propriedade privada, praticamente “congelando” a estrutura fundiária nas mãos dos antigos senhores de escravos) e também ao trabalho assalariado, que começava a se fortalecer com o nascente capitalismo, com a política do branqueamento posta em prática com o incentivo à imigração. (Moura,2014,p.17).

2 DESIGUALDADES DE GÊNERO NO BRASIL E MULHER NEGRA.

Ao se voltar às relações sociais engendradas pelas dimensões étnico-raciais e de gênero que norteavam as posições estamentais estabelecidas neste período, pode-se analisar como as mulheres ali foram situadas de modo subalterno. Enquanto a história das mulheres brancas tem sofrido aparições limitadas na História “oficial” brasileira, aparecendo esporadicamente na condição de damas, princesas, rainhas etc., - ainda distantes do cotidiano popular e de participação nos “eventos” da história -, a mulher negra sofreu com o processo de (in) visibilização. E por (in) visibilização, compreende-se tanto o silenciamento de sua participação e existência na história; quanto o seu aparecimento, mas calcado na produção de estereótipos e estigmas negativos, uma delas, a de mulher lasciva.(Ferreira,2017,p.40).

Contudo, em relação às mulheres brancas, as mulheres negras prevaleceram em maior número e a relativa ausência de mulheres brancas no Brasil colônia, levou autores como o próprio Prado Jr. (2011) a visualizar este como um dos fatores essenciais que conduziram os homens brancos a manter relações sexuais com mulheres não-brancas, negras e indígenas, especificamente. Diante disso, em determinados momentos, a Coroa Portuguesa promoveu a vinda de mulheres brancas da Europa com o intuito de se estabelecer casamentos e promover o povoamento com “gente honrada”. Assim, “o casamento passou a ter funções de proteção da prole, coabitação e indissolubilidade das relações” (Nader, 2001, p.49).

Tais subterfúgios não necessariamente implicaram na redução da exploração das mulheres negras “no plano da produção e da reprodução da vida doméstica e por meio de

estupros cotidianamente cometidos nas casas-grandes e nas senzalas” (Paixão, 2006, p. 31). Numa consideração aproximada à perspectiva de Ângela Davis expressa ser a negra “mais explorada do que o homem negro” isso porque, segundo esta concepção “a mulher não era somente utilizada como trabalhadora, mas também como mulher e reprodutora da força de trabalho, além de seu sexo dar prazer ao senhor”. (Nader, 2001, p.76).

De acordo com Gonzalez (1979), algumas considerações preliminares são necessárias, na medida em que, para maior inteligibilidade deste trabalho, é importante um enfoque (embora esquemático) do funcionamento do modo de produção capitalista em determinadas formações sócio-econômicas como a brasileira. De acordo com a lógica interna determinante de sua expansão, constata-se, em sua fase monopolista, o capitalismo industrial entrava o crescimento equilibrado das forças produtivas nas regiões subdesenvolvidas. A problemática do desenvolvimento desigual e combinado remete-nos aos fatores que, funcionando como limites internos e externos, acabam por emperrar a dinâmica do sistema. A formação de uma massa marginal, de um lado, assim como a dependência neocolonial e a manutenção de formas produtivas anteriores, de outro, vão constituir os fatores acima citados. Está evidente que eles acabam por se articular, na medida em que são os elementos caracterizadores de uma problemática.

Sabemos que o processo de acumulação primitiva permite a emergência dos dois principais elementos da estrutura do capitalismo: o trabalhador livre e o capital dinheiro (Marx, K., 1965, p. 1205). Ocorre que, em termos de Brasil, esse processo foi grandemente afetado na medida em que não ocorreram transformações estruturais no setor agrário (que permitiriam o crescimento industrial). Por outro lado, com relação ao capital, a nossa inserção dependente do mercado mundial (produção de alimentos e de matéria prima) determinou que a pilhagem, de início, e o comércio exterior, depois, assumissem o papel de grandes fontes produtoras de lucro, manipuladas a partir das metrópoles. Além disso, há que situar os beneficiários locais dessa situação, que se apropriam de grande parte do excedente, desviando-a da inversão industrial (consumo puro e simples, especulações financeiras, negócios imobiliários, etc.). (Gonzalez, 1979, p.2).

O racismo e o patriarcado se constituem como sistemas que fundidos ao capitalismo, oferecem as bases para criação de uma sociedade estruturalmente desigual. Com a nossa formação social marcada pela ocupação colonial e os quase quatrocentos anos de regime escravista, presenciamos, até os dias atuais, a continuidade de um intenso processo de

exploração e opressão contra a população negra em geral, mas, em particular sobre as mulheres, que sofrem múltiplas violências, violações e invisibilidade sexistas, além de racistas e de classe. Temos como objetivo apresentar mulheres protagonistas de resistência contra a escravização no Brasil colonial. É imprescindível descortinar a participação de mulheres na história e romper com ocultamento das suas ações e importância. Apontamos a mulher negra escravizada sob nova perspectiva, como sujeito histórico primordial nas ações de resistência. (Cisne, 2022, p.2).

A mulher branca, distante de uma total submissão ao controle do esposo, em dadas situações “[...] era por excelência tão autoritária e despótica quanto o colonizador” (Carneiro, 2002, p. 171). O que demonstra a desmitificação da figura das mulheres brancas, as damas, como frágeis e passivas aos mandos e desmandos dos homens. Exemplo disso eram suas reações quanto às relações sexuais mantidas pelos senhores com as mulheres negras escravizadas. O resultado, na maioria das vezes, era a aplicação de castigos, os mais cruéis possíveis sobre as mulheres negras, denotando a relação de assimetria ali existente (Carneiro, 2002).

Contudo, se a visão eurocêntrica “ofuscou qualquer outro aspecto da existência feminina” (Davis, 2013, p. 10) senão o de instrumento sexual e de trabalho, nas sociedades em África assim como na diáspora entre os seus, estas eram respeitadas e conhecidas não só por sua força, mas por seu poder espiritual (Paixão & Gomes, 2008). Sua participação no interior das senzalas detinha influência direta e essencial, especialmente através da oralidade para a transmissão dos valores e crenças de uma comunidade negra que se gestava, detendo a religiosidade afro função fundamental neste aspecto. Era através da religião que se dava a busca constante pelo preservar, recriar e reconstruir da cultura e tradição de um povo que ousou resistir. Não apenas no Brasil, mas nas Américas, a mulher negra tornou-se o esteio na construção do parentesco diante da família (Ibid.).

Ao longo do século XX, os estudos contemporâneos sobre a família brasileira, em geral, apresentam como determinantes para as intensas transformações no modo de ser dessa instituição a luta pela emancipação feminina, o direito ao acesso ao mercado de trabalho protegido, o direito das mulheres ao próprio corpo e a dissociação entre sexualidade e concepção humana, entre outras conquistas possibilitadas pelas condições postas por aquele momento histórico e protagonizadas pelas mulheres brancas. O problema a ser equacionado é

que tais análises acerca dos arranjos familiares partem de uma base conservadora e de uma perspectiva eurocêntrica de família.(Eurico,2020,p.20).

O racismo e o patriarcado se constituem como sistemas que fundidos ao capitalismo, oferecem as bases para criação de uma sociedade estruturalmente desigual. Com a nossa formação social marcada pela ocupação colonial e os quase quatrocentos anos de regime escravista, presenciamos, até os dias atuais, a continuidade de um intenso processo de exploração e opressão contra a população negra em geral, mas, em particular sobre as mulheres, que sofrem múltiplas violências, violações e invisibilidade sexistas, além de racistas e de classe. (Cisne,2022,p.192).

A negação da existência do racismo no Brasil,por vezes, se sustenta no modo como esse ocorre no território norte-americano a exemplo do “Jim Crow”, que exibia um padrão de relações raciais violento, conflitivo, segregacionista contra a população negra, respaldado em regras precisas de filiação grupal.O fato é que lá e aqui a abolição da escravidão, do ponto de vista legal, não solucionou a questão da hierarquização dos grupos étnico-raciais a partir do padrão da branquitude.(Eurico,2020,p.50).

Em São Paulo, outro elemento impulsionador do mito da democracia racial originou-se das relações envolvendo italianos e negros.A aparente empatia dos italianos pelos negros pode ter contribuído para uma falsa consciência racial. Alguns brancos e negros atribuíam ao clima de suposta união, como, por exemplo, no bairro do Bexiga, à ausência de preconceito e discriminações raciais. Decerto, a maior proeza do mito da democracia racial foi ter ocultado: primeiro, o conflito inter-racial; segundo, a abissal desigualdade social entre negros e brancos em São Paulo. Essa solução, mais que prescindir a instauração de um regime de apartheid, forjou o fetiche da integração simbólica do negro no seio da nacionalidade. O idílico cenário racial era apontado como vantagem para o desenvolvimento nacional. (Domingues,2005,p.121).

Como Ialodê², me aproprio aqui de um conceito usado por Jurema Werneck(s/d.) para ler os movimentos de resistência das mulheres negras de África à diáspora, reconhecendo a

² A palavra escrita, é o ato de expressão de ideias humanas por meio de sinais, e a palavra Yalodê, òyálodê, ialodê ou Yalodé, uma palavra de origem iorubana que tem como significado: aquela que lidera as mulheres na cidade e/ou a dona do grande poder feminino. Mas, porque é necessário pensar nessa Escrita òyálodê? Essas escritas são parte de um movimento ancestral que tende a ser conduzido por mulheres, especialmente as mulheres negras dentro dos espaços acadêmicos e na ciência, que são silenciadas e violentadas antes, durante e após sua trajetória na produção de saberes e conhecimentos

luta das mulheres negras brasileiras, ao longo do tempo. Desde nossas ancestrais, as africanas, aportadas forçosamente no Brasil, que se organizaram e se organizam em movimentos de resistência coletiva de diferentes formas coletivas, congregando as mulheres negras ao longo do tempo. (Prudente, 2021, p.21).

A condição de sermos mulheres negras nos coloca uma experiência específica bastante diferenciada daquela experimentada por uma mulher branca. Especificante que pode ser aprofundada pela condição social e pela orientação sexual, quando se trata das lésbicas negras. O que determina o percurso de mulher branca, inclusive em suas lutas feministas, difere, muitas vezes, radicalmente, das lutas das mulheres negras, desde o momento histórico da colonização. Para as mulheres africanas e suas descendentes escravizadas, o sistema patriarcal branco aparece representado, efetivado tanto pelo homem branco, como pela mulher branca colonizadora. Nesse sentido, a mulher escravizada não era dona de seu corpo, não só pelo fato de ser mulher e sofrer uma dominação masculina, mas pelo fato de ser mulher dentro de um processo de escravização do sujeito negro. Seu corpo estava escrito na economia produtiva de bens materiais, na reprodução de outros corpos para escravização e ainda na economia do prazer, para os seus senhores e quiçá senhoras. (Prudente, 2021, p.21).

Quando afirmamos, pois, que a nossa orientação luta feminista nasce de outra condição histórica, não negamos as possibilidades de alianças entre as mulheres brancas e negras, apenas situamos um outro lugar do início de nossas lutas. Apenas afirmamos que os nossos corpos “em diferença”, não só por sermos mulheres, mas, por sermos mulheres negras, criam

A Escrita òyálodè, assim como a Pedagogia da Ancestralidade, descrita por Kiusam de Oliveira em (2008), A Pedagogia da Ancestralidade, no campo da educação, se opõe à hegemonia epistemológica eurocentrada, propondo uma forma de serpesquisar-conhecer-pensar-juntar-articular-agir que reconheça o continente africano como o Berço da Humanidade; nessa relação, a Europa, os europeus e suas produções intelectuais são recentes e, desta forma, talvez seja por tal consciência que a luta tem sido feroz daqueles que detém a hegemonia epistemológica, para impor formas de pensamentos. (Oliveira, 2018, p.80). A Escrita òyálodè, vai por esse caminho da Pedagogia da Ancestralidade, caminho esse que leva o empoderamento da mulher negra, por meio de transgressões, é repensar que seus corpos podem estar em qualquer lugar por meio dos seus pensamentos, escritos e oralidade. Por meio do reconhecimento, as mulheres, a partir da pergunta: “quem sou eu?”, voltam na necessidade de entender a estrutura psíquica da pessoa que vive seu corpo negro e apresenta rupturas ou suturas no convívio em sociedade. Ao caminhar para essa escrita, pensa-se nos espaços onde essas mulheres negras passaram por experiências de exclusão devido ao racismo existente no Brasil, e mediante sua história e trajetória, escrevem por meio da sua energia vital (o asè3), para que as pessoas que leiam ou vivencie suas escritas lutem contra o racismo e, principalmente, contra o Epistemicídio⁴ dos saberes africanos e afro-brasileiros. Ou seja, a Escrita òyálodè significa expressão de ideias da mulher negra que emana liderança e poder nas práticas escritas, orais e vividas. Por fim, é necessário saber onde a Escrita òyálodè, se faz presente, e temos por exemplo as seguintes mulheres brasileiras negras: Nilma Lino Gomes, Sonia Guimarães, Kiusam de Oliveira, Sueli Carneiro, Anita Canavarro, Katemari Rosa, Conceição Evaristo, Petronilha Beatriz, Carolina de Jesus, Escolástica da Conceição de Nazaré, Marielle Franco, Márcia Eurico, Pamella Passos, Patrícia Rufino, entre outras... (Macedo, 2020). Revista Calundu –Vol.4, N.2, Jul-Dez 2020.

também discursos e práticas “em diferença”, desconhecidos nas narrativas das lutas das mulheres no Brasil. (Prudente,2021,p.21).

Trazendo as reflexões de Bell hooks(2014), num exame retrospectivo sobre a experiência das mulheres negras escravas, o sexismo assomava-se maior que o racismo como uma força opressiva nas vidas das mulheres negras. O sexismo institucionalizado – ou seja, o patriarcado – formou a base da estrutura social americana bem como o imperialismo racial. O sexismo era uma parte integral da ordem social e política que os colonizadores brancos trouxeram das suas terras da Europa e teve um impacto grave no destino das mulheres negras escravizadas. Nos seus estados iniciais, o negócio da escravatura focou-se primeiramente na importância dos trabalhadores; a ênfase nesse tempo era sobre o homem negro.

Saffioti em sua obra “A mulher na sociedade de classes”, ao refletir sobre a condição da mulher na formação social brasileira, não deixa assim de atentar para o fato de que a abolição representou um significado específico para as mulheres brancas e negras, pois se a estratificação da sociedade escravista baseada na raça estava se desintegrando (embora não o racismo) não se poderia, segundo a autora, pensar o mesmo quanto à estratificação baseada no sexo.

Na perspectiva de análise proposta por Marx, o homem é entendido como um ser social, por meio do trabalho, atividade vital, transforma a natureza para satisfazer necessidades humanas, ao mesmo tempo em que é transformado por ela e se desvelam novas necessidades. Quanto maior a interação entre os grupos humanos e desses com a natureza, maiores são as possibilidades de humanização das relações sociais. .(Eurico,2020,p.68).

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se

desvencilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. (Marx,2013,p.188).

O conceito comum de meritocracia é o de um conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa que despende esforço individual e não estabelece nenhuma relação dessas “habilidades” com a história social do grupo a que ela pertence e com a história social do grupo a que ela pertence e com o contexto no qual está inserida. Ou seja, a meritocracia defende que cada pessoa é a única responsável por seu lugar na sociedade, seu desempenho escolar e profissional etc. Parte de uma ideia falsa para chegar a uma conclusão igualmente falsa.(Bento,2022,p.21).

Movimento sociais como o de mulheres negras, quilombolas e indígenas desestabilizam as relações de colonialidade, construindo contranarrativas que trazem novas perspectivas e paradigmas, e, além da denúncia, procuram protagonizar ação política contra a expropriação de riquezas e a brutalidade que sustentam a sociedade e o regime político no qual vivemos.(Bento,2022,p.21).

Andando para trás para a escravatura, o povo branco estabeleceu uma hierarquia social baseada na raça e no sexo que classificava os homens brancos em primeiro, as mulheres brancas em segundo, algumas vezes iguais aos homens negros, que eram classificados em terceiro e as mulheres negras em último. O que isto significa em termos de política sexual de violação é que se uma mulher branca fosse violada por um homem negro, seria visto como mais importante, mais significativo do que milhares de mulheres negras violadas por um único homem branco.(Bell hooks,2014,p.58).

Uma mulher negra bem vestida e limpa, conduzindo-se a si mesma de uma maneira apropriada, era usualmente alvo de lama atirada por homens brancos que ridicularizavam e vaiavam os seus esforços de melhoramento. Eles relembavam-na de que aos olhos do público branco ela nunca seria vista como digna de consideração e respeito. (Bell hooks,2014,p.61).

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos(DIEESE) lançou dois estudos abordando a posição da mulher na sociedade, com foco especial nas desigualdades e desafios enfrentados pelas trabalhadoras brasileiras. Os estudos foram apresentados em um Boletim Especial divulgado pelo DIEESE, analisando dados referentes ao período entre o 4º trimestre de 2022 e o mesmo período de 2023.

O estudo destacou que a taxa de desocupação das mulheres diminuiu de 9,8% para 9,2%, com um significativo declínio de 271 mil trabalhadoras no contingente de desocupados.

Entretanto, as mulheres ainda representam a maioria (54,3%) dos desocupados, com 35,5% delas sendo negras e 18,9% não negras.

No 4º trimestre de 2023, havia 2,865 milhões de mulheres negras desocupadas, o que correspondia a uma taxa de desocupação de 11,1%. Já as não negras desocupadas totalizaram 1,526 milhão, o equivalente a 7,0% de desocupação.

A pandemia teve impactos mais significativos nas trabalhadoras, resultando em dificuldades para retornar ao mercado de trabalho e taxas de desemprego mais elevadas.

Os estudos³ apontaram desigualdades expressivas, especialmente quando se considera a interseccionalidade de gênero e raça. Mulheres negras enfrentam uma taxa de desocupação maior em comparação com as mulheres não negras. Além disso, a taxa de subutilização entre mulheres negras aumentou, evidenciando as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras no mercado de trabalho.

Uma sociedade que se alimenta do lucro e do preconceito de raça vendido como liberalismo meritocrático, na verdade, está impondo o “capitalismo racial”, expressão que nasceu entre os sul-africanos que lutavam contra o regime do apartheid na década de 1970. A expressão é amplamente usada hoje pelo Black Lives Matter a partir da perspectiva de Cedric Robinson, que em 1983 focalizou as formas como o racismo permeia a organização e o desenvolvimento do capitalismo. (Bento,2022,p.41).

O Capitalismo racial elucida como o capitalismo funciona por meio de uma lógica de exploração do trabalho assalariado, ao mesmo tempo que se baseia em lógicas de raça, etnia e de gênero para expropriação, que vão desde a tomada de terras indígenas e quilombolas até o que chamamos de trabalho escravo ou o trabalho reprodutivo de gênero etc. (Bento,2022,p.41)

Contar a história do Brasil e trazer marcas de um passado que se faz presente e que não podemos negligenciar, pois em uma sociedade como nossa que ainda permeia uma história única eurocêntrica, vemos que os corpos negros são tidos como descartáveis por vivermos um mito da democracia racial.

3 CONCLUSÃO

Partindo do pressuposto de que o mito desempenha uma função social, ou seja, determinado grupo de pessoas une-se e tem no mito o principal ponto de união, e há uma

³<https://aepetba.org.br/v1/dia-internacional-da-mulher-dieese-divulga-estudo-especial-sobre-a-posicao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/#:~:text=Mulheres>

negação do racismo no Brasil e de que todos somos um única raça a humana, entretanto no cotidiano da vida essa “realidade” que foi contada pouco se aplica. A tentativa de embranquecimento da população negra de maneira proposital para omitir e apagar traços da herança de uma população que foi escravizada e da branquitude não se responsabilizar por tais atos, a população negra como foi trazido estar a cargos piores de trabalho, moradia, escolarização dentre outros, e ainda a branquitude alega que os negros/os não “vencem” na vida porque são tidos como preguiçosos, mito esse trazido pela democracia racial.

A mulher negra tem insistido em espaços negados pela branquitude e essa por sua vez usa do discurso da meritocracia como forma de que todas podem conseguir um lugar no capitalismo e “se empoderar”, entretanto em uma sociedade sustentada pelo mito da democracia racial e sua face autoritária, o Estado brasileiro de maneira intencional optou por criminalizar a pobreza, uma pobreza que foi deixada por aqueles que ainda não se responsabilizaram pela suas ações desumanas contra a população negra vítimas da escravização e início deste país tem cor e identidades de gênero.

REFERENCIAS

BENTO,C. **O pacto da branquitude**/Cida Bento.1ªed.São Paulo:Companhia das Letras,2022.

BELL,H. Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo. 1a edição 1981.Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. s/d. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

CISNE,Mirla; IANAEL, Fernanda. **Vozes de resistência no Brasil colonial**: o protagonismo de mulheres negras. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 2, p. 191-201, maio-ago. 2022.

Davis, Angela, 1944-Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico] / Angela Davis ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. -São Paulo : Boitempo, 2016.

DOMINGUES,P. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**.Diálogos Latino americanos Centro de Estudios Latino americanos Universidad de Aarhus – Dinamarca,2005.

EURICO,M.C.**A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**.In:Revista Serviço Social & Sociedade, Ano XXXIII,n.114.São Paulo: Cortez,2013.

EURICO.M.C. **O Cotidiano da famílias Negras**: Por uma Perspectiva Antirracista de Análise de Suas Demandas e Potencialidades. Emancipa: O Cotidiano em debate/Revista do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo-CRESS 9ª Região.n.4,maio 2019.

EURICO,M.C.**Racismo na infância/Márcia Campos Eurico**. 1ed.São Paulo: Cortez,2020.

FERREIRA,G.C.**Raça e nação na origem da política social brasileira**:União e Resistência dos trabalhadores negros/ Gracyelle Costa Ferreira-2020.291 f.

GONZALEZ,L.**Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979.

MARX,K.O capital.Livro 1: **O processo de produção do Capital**.Capítulo 5: O processo de trabalho e o processo de valorização.Trad.Rubens Enderle.2.ed.Carleção: Marx & Engels.v. I.São Paulo: Boitempo,2013.

Moura, C.**Dialética Radical do Brasil Negro**. 2ed-São Paulo:Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi,2014.

NADER, M. B. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. 2. ed.Vitória – ES:EDUFES, 2001.

PAIXÃO, M. **Manifesto Anti-racista**: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2006.